



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARILI MOREIRA LOPES

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO MENTAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

CURITIBA

2018

MARILI MOREIRA LOPES

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇA COM TRANSTORNO MENTAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à Conclusão do Curso Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Édina Mayer Vergara.

CURITIBA

2018

O processo de inclusão de criança com transtorno mental na Educação Infantil

Marili Moreira Lopes

RESUMO

O presente estudo tem como tema o processo de inclusão de criança com Transtorno Mental na Educação Infantil. Tendo como objetivo geral: analisar o processo de inclusão de Pessoa com Transtorno Mental em seus limites e possibilidades pedagógicas, tem como objetivos específicos: Investigar como o processo de inclusão na escola é efetivado; relacionar a inclusão e a aquisição da autonomia pela criança e discutir o papel da escola para que se efetivem aprendizagens. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica com autores da área da educação inclusiva como Leitão (2010), Rodrigues (2003), Coll (1995), entre outros que abordam a inclusão como imprescindível para a inserção social e laboral de Pessoas com Transtorno Mental. Concluiu-se que incluir no processo de ensino é proporcionar meios para o exercício tanto de sua autonomia quanto de outros direitos de sua cidadania ao longo de sua vida.

Palavras-chave: Autonomia. Educação Infantil. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a inclusão da criança com Transtorno Mental na Educação Infantil. Justificando-se pela sua viabilidade social, interesse acadêmico e profissional, a inclusão é ainda um “problema” para instituições de ensino escolar que não possuem profissional especializado no assunto e que não estão preparados para atender essas crianças. Documentos reguladores oficiais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva contemplam em sua redação que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos

globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2007, p. 9).

Professores, além de sua formação acadêmica e continuada, aprendem com sua experiência profissional, porém quando a criança é incluída numa classe regular de ensino, o professor terá, conforme a lei, que acolher e desenvolver um trabalho inclusivo com o mesmo. Neste sentido, Libâneo (2003, p. 91) afirma que “os professores saem despreparados para o exercício da profissão, com um nível de cultura geral e de informação extremamente baixo”, ou seja, o resultado disso é um professor sem competências para desenvolver um trabalho promissor com as crianças incluídas e que necessitam, majoritariamente, de encaminhamentos que os levem a desenvolver-se integralmente.

Tendo como questão norteadora o processo de inclusão e o desenvolvimento da autonomia, objetiva-se analisar como ocorre a inclusão de criança com Transtorno Mental em âmbito escolar infantil. Para as teorizações, buscou-se em autores da área da educação inclusiva e suas análises quanto a esse processo.

Este estudo está organizado em introdução, desenvolvimento, com um capítulo onde se fez uma análise do comprometimento dos profissionais da área da educação encaminhar a criança para avaliações junto a profissionais da área da medicina para juntos, buscarem alternativas para e no desenvolvimento pedagógico diante do Transtorno Mental. Na escola, o envolvimento de todos os funcionários, professores e gestores são primordiais para o desenvolvimento cognitivo e intelectual da criança que necessita de oportunidades para se desenvolver autonomamente. As considerações acerca da questão norteadora com o resultado do presente estudo se deram à luz das teorias e também do diálogo estabelecido que se seguiu. Este tema pode ser favorável para desenvolvimento de futuras pesquisas e intervenções em sala de aula já que a prática pedagógica é elemento norteador das ações que seguem o tratamento e atendimento especializado junto à necessidade especial da criança. Dessa forma, o desenvolvimento do presente estudo junto aos diálogos desenvolvidos pode contribuir com os processos de ensino aprendizagem na escola inclusiva.

O PROCESSO DE INCLUSÃO

A inclusão de criança com Transtorno Mental requer uma preparação de um acervo de condições específicas. Dessa forma, equipar-se de materiais didáticos e pedagógicos para que haja a inserção da criança nos processos de aprendizagem, a

preparação do corpo docente e dos profissionais que atuam na instituição de ensino no sentido de adaptar-se às rotinas necessárias para o desenvolvimento escolar da criança inclusa. Para Leitão, a inclusão requer:

Um esforço de mudança e melhoria da própria escola, de forma a proporcionar a todos as melhores condições de aprendizagem, sucesso e participação, na base das circunstâncias específicas de cada um. Inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos e valores, é a condição da educação democrática. (LEITÃO, 2010, p. 1).

Um trabalho inculcado no compromisso pelas aprendizagens das crianças e também do progresso e do desenvolvimento de suas habilidades de pensamento cognitivo, intelectual, de movimentos motores e psicomotores, inclusive, e nas mesmas condições, com as crianças inclusas. Segundo Magalhães (2008, p. 135), “a escola deve se adequar à criança e não a criança a escola”. Dessa forma, a estrutura escolar, as diversidades quanto ao ritmo de cada um, origem social, dificuldades e habilidades devem ser considerados para traçar um plano docente de ensino e intervenções pedagógicas; práticas em sala de aula. Costa (2002, p. 42), afirma que “educar alunos com deficiência é tarefa a ser desenvolvida pelo professor no cotidiano escolar em parceria com esses mesmos alunos”, no entanto, essa educação é vista como algo que vai além de ações pedagógicas em sala de aula; ela requer um olhar atento docente para as especificidades de cada sujeito, aferindo sentidos às suas vivências, intervenções no mundo que o cerca, da sua realidade social, familiar. Esta última, no entanto, deve ser valorizada a ponto de interferir nos processos de ensino, pois é ela quem pode dialogar com os processos de forma a contribuir com o desenvolvimento escolar da criança inclusa. As trocas docentes com a família podem possibilitar meios pelos quais se desenvolvam práticas que sistematizem os saberes das crianças comitentes às suas vivências; seus saberes do cotidiano.

Estratégias e procedimentos que proporcionem a todos os alunos as melhores condições e oportunidades de aprenderem e interagirem, solidária e cooperativamente, desenvolvendo ao máximo as suas competências acadêmicas e sociais (LEITÃO, 2010, p.20).

Esse trabalho pedagógico possibilita o desenvolvimento da criança inclusa e ainda promove a aquisição da autonomia já que a prática pedagógica deve estar permeada de intencionalidades específicas e direcionada para atender as especificidades da criança inclusa. Para tanto, Rodrigues (2003, p.95) diz que: Estar incluído é muito mais do que uma presença física: é um sentimento e uma prática

mútua de pertença entre escola e a criança, isto é o jovem sentir que pertence à escola e a escola sentir que é responsável por ele”. Oportunizar meios para que as crianças se desenvolvam é uma das demandas da educação inclusiva. A socialização com as aprendizagens, com o outro inserido e com as dinâmicas de ensino escolar são essenciais para o desenvolvimento da autonomia das crianças, de sua inserção nas ações que permeiam a prática docente e que, por certo, contribuirão para o desenvolvimento de sua autonomia e aptidões físicas e cognitivas:

As limitações das crianças deficientes mentais devem ser diminuídas ao máximo e os seus interesses estimulados através da oferta de diferentes materiais e brinquedos, de modo a que o mundo da criança seja alargado e os seus horizontes também. As atividades devem, para além do seu caráter de desafio, permitir à criança o manuseamento e o contato físico com os materiais, para que esta possa atribuir-lhes novas funções, contatos, movimentos, experiências, sensações e vivências, que são um contributo indispensável ao desenvolvimento da criança em questão (PACHECO; VALÊNCIA, 1997, p. 34).

O contato com diferentes materiais alarga o horizonte apreciativo da criança. É no contato e manuseio que ele pode experimentar o mundo que o cerca. As conexões que podem ser desenvolvidas são benéficas para suas aprendizagens. Os interesses dessa criança podem ser observados e levantados a partir de uma ficha de anamnese feita no ato do ingresso da criança na escola. Nessa ficha estarão presentes os dados da criança, suas principais características sociais, familiares, de saúde e de desenvolvimento. Junto a isso, o diálogo permanente com seus pais ou responsável para que haja interações desses órgãos.

Práticas pedagógicas inclusivas

As práticas pedagógicas são imprescindíveis para o desenvolvimento intelectual da criança. Cabe ao professor especialista em Educação Especial proporcionar, a partir de ações e intervenções em sala de aula, procedimentos que objetivem seu desenvolvimento global e, principalmente, da autonomia. “(...) compreender a forma como cada criança constrói e desenvolve a sua aprendizagem e, por outro lado proporcionar aprendizagens individualizadas a partir das dificuldades que o aluno apresente”. (JESUS; MARTINS, 2000, p. 22). As necessidades que a criança possa apresentar devem ser discutidas pelo grupo; o corpo docente e administrativo escolar. Isso torna o processo de inclusão fator coletivo de responsabilidade e busca de canais pelos quais se possa adaptar os instrumentos disponíveis para melhor atender a criança.

O princípio básico da inclusão escolar consiste em que as escolas reconheçam diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos (UNESCO apud MENDES, 2002, p. 24).

A diversidade encontrada na escola, permeiam práticas docentes que atendam as demandas encontradas nos processos de inclusão. É preciso um atendimento que vá de encontro as especificidades de cada criança. No caso do Transtorno Mental se faz necessário intervir de forma a garantir que o mesmo se desenvolva. Neste sentido, uma investigação multidisciplinar se faz necessário já que cada criança tem Transtorno Mental de um estágio hora grave, leve ou moderado e que requer intervenções condizentes à sua superação e tratamento.

O processo de inclusão, entretanto, não é facilmente alcançado apenas pela instauração de uma lei. Tampouco pode ser concluído rapidamente. Exige a adoção de uma séria de medidas gradativas de reformulação do ensino que começa pelos já citados currículos, métodos e capacitação dos professores e vai além. O atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino exige dos seus profissionais conhecimentos produzidos em diferentes áreas (psicologia, medicina, pedagogia, arquitetura, etc.) para gerar um saber interdisciplinar. (VARELA, 1994, apud PAN, 2008, p. 140).

O diálogo entre os profissionais tanto da escola quanto de especialidades clínicas como psicologia, médico neurologista, psicopedagogos, se fazem presentes pois é preciso um acompanhamento interdisciplinar para inserir a criança e permitir que ele dê continuidade a seus estudos.

As pessoas deficientes têm direito a tratamentos médico, psicológico e funcional, inclusive aparelhos protéticos e ortopédicos, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação, ao treinamento e reabilitação profissionais, a assistência, ao aconselhamento, aos serviços de colocação e a outros serviços que lhes possibilitem desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo e aceleração o processo de sua integração ou reintegração social. (UNITES STATES, 1978 apud SASSAKI, 1999, p.28).

Na escola, ao ingressar, a criança tem a possibilidade e o direito em ter uma educação de qualidade voltada a atender sua deficiência para que possa exercer seus direitos e inserir-se no mundo, na sociedade, em geral. O acompanhamento multidisciplinar é muito importante pois a partir dele que a criança poderá se desenvolver. Os profissionais quando em diálogo permanente, podem viabilizar procedimentos que possam efetivar aprendizagens e desenvolvimento na criança.

Portanto, incluir não basta. É necessário o envolvimento de todos os profissionais da educação e, quando necessário, também profissionais da saúde para se trabalhar em constante diálogo.

Portanto, a inserção; o ingresso da criança é apenas o início de sua escolarização e conquista paulatina de desenvolvimento e autonomia. Com atendimento médico das diversas áreas e o acompanhamento interdisciplinar, tende a desenvolver-se globalmente: intelecto, físico, motor, sensorial, social, locomotor, disciplinar e afetivo.

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre. (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 107).

A criança ao chegar na escola e, em especial na Educação Infantil, traz como “bagagem” conhecimentos de mundo. Na escola, o professor pode resgatar desses conhecimentos para trabalhar em prol do desenvolvimento global da criança em formação. Da mesma forma, as aprendizagens escolares devem estar voltadas para a inserção e permanência da pessoa com necessidade. De certo modo, os processos de inclusão ainda hoje ocorrem na teoria escolar e também social. Os processos inclusivos sofrem barreiras sociais e organizacionais para sua efetivação. Instalações mal organizadas são entraves para a acessibilidade. A falta de formação continuada do professor para atender as crianças inclusas, o despreparo de equipes gestoras entre outros fatores, ainda não caracterizam o trabalho inclusivo.

É preciso, antes de intervir no tratamento pedagógico com a criança com Transtorno Mental, conhecer seu histórico de vida familiar, sua cultura, seu processo de desenvolvimento e os tratamentos já realizados. Investigar suas potencialidades para avaliar no sentido de pesquisar elementos que possam ser desenvolvidos junto às suas peculiaridades.

A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características “deficitárias”. (COLL et al., 1995, p. 12).

Dessa intervenção decorre do professor da Educação Infantil atender as necessidades da criança no sentido de encaminhá-lo às aprendizagens. Sabe-se que a Educação Infantil é o período escolar onde a escola pode buscar o desenvolvimento

integral da criança no sentido de viabilizar elementos para que o mesmo aprende. O contato com diferentes materiais e abordagens pedagógicas, aos poucos vão consolidando aquisições e desenvolvimento. Deste modo, a criança ao brincar, por exemplo, decodifica o mundo, interage com a fantasia, o ato de brincar, as relações com o outro e com o mundo a sua volta. Também, pode fazer ligações entre o que presencia em seu cotidiano numa relação de trocas e interferências sobre seu conhecimento acumulado no decorrer de sua história.

Enfim, o Transtorno Mental quando tratado na escola no aspecto pedagógico é um canal de desenvolvimento cognitivo da criança ao mesmo tempo em que viabiliza seu encaminhamento para outras especialidades clínicas para que juntos possam encontrar meios para aplicar em favor do desenvolvimento da autonomia e da efetivação das aprendizagens escolares.

A Educação Infantil e a Inclusão

Sabe-se que a Educação Infantil é uma modalidade de educação que auxilia a criança em seu desenvolvimento global. Para tanto, a escola pode inserir crianças com deficiências, por exemplo, com Transtorno Mental para viabilizar a prática pedagógica que auxilie a criança na superação ou mesmo conquista de novas habilidades para ações do cotidiano. Dessa forma, a criança aprende que tudo o que lhe ajudar será utilizado em suas manifestações pessoais, sociais e trabalhistas de seu meio.

A Educação Infantil, primeira modalidade de educação de uma série posterior donde se requer habilidades para a aquisição da escrita e da leitura, requer de intervenções do professor quanto a fomentar elementos que conduzam a criança às aprendizagens. Mantoan (2004, p. 81) revela que:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a justiça, a garantia da vida compartilhada.

A convivência entre as crianças na Educação é fator essencial para o desenvolvimento de suas habilidades junto ao desenvolvimento cognitivo, corporal, psicomotor, intelectual e de raciocínio lógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cidadãos que a pedagogia propõe formar são sujeitos aptos a enfrentar os desafios que apareçam, a superar os obstáculos, intervir criticamente nos fatos e acontecimentos do seu tempo, de propor soluções, adquirir autonomia para participar ativamente do meio no qual vive. Formar sujeitos, mesmo com Transtorno Mental para exercerem seus direitos e se socializarem para exercerem, no futuro seu potencial produtivo, nas políticas e decisões de sua época; do seu meio de vivência, capazes de participar ativamente dos movimentos sociais, das ações comunitárias, das intervenções em busca de dignidade e qualidade de vida para todos em igualdade deve ser a proposta de uma educação inclusiva.

Incluir uma criança é mais que abrir a escola para as “diferenças”; é preciso um trabalho consciente, sistematizador, coerente, responsável e profissional. Este último, tratado nesse estudo como base do trabalho com pessoas com deficiências é primordial já que envolve uma gama de conhecimentos propícios de intervenções coerentes e embasadas em estudos e pesquisas no campo do saber docente.

Disponibilizar às crianças elementos que facilitem seu desenvolvimento intelectual, é papel de um professor comprometido com o ensino escolar, com a escola e com a sociedade, num geral. Formar sujeitos pensantes, que possam intervir na sociedade de forma participativa e atuante, é uma forma de garantir que as futuras gerações interajam com o meio e que visem uma vida livre, digna e que todos possam usufruir dos serviços, das políticas públicas, do bem comum, gerando, dessa forma, satisfação e a felicidade plena.

Os processos de inclusão por muito tempo foram de exclusão. Na lei, a garantia estaria presente ao passo que as condições estruturais das instituições de ensino não estariam preparadas para atender essas crianças, gerando assim a exclusão. Crianças que não tiveram oportunidade de ter um professor capacitado e com formação específica para atendê-lo, não teve a chance de interagir com os conhecimentos escolares e sofrer um processo de inclusão. Ao mesmo tempo em que a exclusão aconteça também na sociedade essa criança será excluída. O processo de inclusão ocorre nos mais diversos meios: social, familiar, escolar, no emprego, nos lugares públicos, etc).

A autonomia que pode ser desenvolvida na criança a partir de práticas pedagógicas pensadas e efetivadas na intencionalidade dirigida ao desenvolvimento é essencial para o sucesso e encaminhamentos propostos. Portanto, a criança pode se desenvolver a partir de elementos como as práticas pedagógicas, o envolvimento

interdisciplinar de uma equipe que vise e objetive um trabalho inculcado no desenvolvimento integral da criança com Transtorno Mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SEESP. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 03 mar. 2018.

COLL C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1995. v. 3.

COSTA, Vera Alencar. **Produção do conhecimento na educação dos indivíduos com deficiência**. In: Movimento - Revista da Faculdade de educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, EdUFF, 2002. n.º. 6, pp. 93-103.

HONORAM. & FRIZANCO M. L. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

JESUS, S.N.; MARTINS, M. M. **Escola inclusiva e apoios educativos**. 1.ª Edição. Edições Asa, 2000.

LEITÃO, F. R. **Valores Educativos, Cooperação e Inclusão**. Salamanca: Luso Española de Ediciones, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 78 ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 76-100.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. Formação docente e psicomotricidade em tempos de escola inclusiva: uma leitura com base em Henri Wallon. In: 31ª **Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG: ANPED, 2008a, p.1- 19.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. IN: GAIO, Roberta & MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RODRIGUES, D. **Perspectivas sobre a Inclusão**: Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

PACHECO, D. B.; VALENCIA, R. P. **A Deficiência Mental**. In.: R.B. Jiménez (Coord). Necessidades Educativas Especiais. Lisboa. Dinalivro. 1997, p. 209-223.

PAN M. **O direito a diferença**. Curitiba: IBPEX, 2008.

SASSAKI R. S. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. São Paulo: Prodef, 1997.

